

**Emitente:** Controladoria da Câmara Municipal de Viana

**Unidade Gestora:** Câmara Municipal de Viana

**Gestor responsável:** Fabio Luiz Dias

**Exercício:** 2018

## 1. Introdução

As atividades de controle interno da Câmara Municipal de Viana foram definidas com base no Plano de Ação das Atividades de Controle, aprovado em 28/12/2018, a partir da seleção dos Pontos de Controle constantes da IN 43/2017 do TCEES, conforme processo nº **0001/2018**.

Realizar análises do procedimento administrativo de pagamento de despesa com o objetivo de se emitir um relatório sobre possível irregularidade na execução orçamentária exercício 2018 em relação ao **Plano Anual de Auditorias Internas - PAAI**, do anexo único, e as atividades selecionadas para avaliação na Unidade Gestora a que se refere este relatório.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados <sup>2</sup>	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle <sup>3</sup>	Amostra Selecionada <sup>4</sup>
2.2.11	Execução de despesas – créditos orçamentários	0000001	CRFB/88, art. 167, II.	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	1 Demonstrativo	1
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	0000001	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes	2 decretos	2
1.3.1	Bens em estoque,	0000001	CRFB/88,	Avaliar se as	2	2

<sup>1</sup> Artigo 43, VI da Lei Complementar Estadual nº 621/2012.

<sup>2</sup> Pode ser listado em anexos.

<sup>3</sup> Quando possível, indicar a totalidade de recursos, ou processos, ou itens, que compõe o objeto/ponto de controle no período analisado.

<sup>4</sup> Quando possível, indicar a quantidade de recursos, ou processos, ou itens, selecionados para compor a amostra.

	móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário		art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Demonstrativos	
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	000001	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	1 Contas Bancárias	1
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	0000001	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	1 Contas Bancárias	1
1.4.20	Poder Legislativo Municipal – despesa total	0000001	CRFB/88, art. 29-A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.	1 Demonstrativo	1

1.4.7	Despesas com pessoal – limite	0000001	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados	12 Meses	1
1.4.10	Despesas com pessoal – limite – prudencial vedações	0000001	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas	12 Meses	1
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	0000001	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e169, §§ 3º e 4º daCF 88) foram adotadas.	12 Meses	1
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - partepatronal	0000001	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência a	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	12 Meses	12
1.2.4	Retenção/Repass das contribuições previdenciárias parte servidor	0000001	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 •Lei Local	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	12 Meses	12

1.4.8	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	0000001	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	12 Meses	1
1.4.17	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – fixação	0000001	CRFB/88, art. 29, inciso VI	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra	2 Lei Municipal e Estadual	1
1.4.18	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento	0000001	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	132 pagamentos	132
1.4.19	Despesas com pessoal – remuneração vereadores	0000001	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município	2 Demonstrativos	2
1.4.13	Poder Legislativo Municipal – despesa com	0000001	CRFB/88, art. 29- A, § 1º.	Avaliar se o gasto total com a folha de	2 Demonstrativos Anuais	2

	folha de pagamento			pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.		
2.6.4	Pessoal – teto	0000001	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	269 Ficha Financeiras de Servidores	Maiores Salários

### 1. Auditorias e outros procedimentos realizados

Tendo como base os pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação, esta UCCI com base na amostra selecionada foi identificado uma diferença de R\$ 14.579,40 (quatorze mil, quinhentos e setenta e nove reais e quarenta centavos, como achados de auditoria, resultando portanto, em proposições, alertas e ou medidas de saneamento.

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
0001	SUBSIDIOS ACIMA DO TETO	DETERMINAR QUE SEJA OBSERVADO O SUBSIDIOS APROVADO CONFORME LEI 2090/2008	EM PROVIDENCIA DE DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO DOS EDIS

### 3 – Tomadas de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos instaurados na UG<sup>5</sup>

Não Foi instaurada Tomada de Contas Especial no Exercício de 2018.

Viana - ES, 29 de março de 2019

**MARKO AURELIO COUTO**  
**Controlador Interno**  
**Mat. 001168**